



Nabor Júnior

Jovens queimam mendiga no Acre, informa Nabor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lamentou ontem que uma tentativa de crime, parecida com o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, em Brasília, tenha ocorrido em Rio Branco, no Acre. Conforme o senador, três rapazes que estavam num carro Gol puseram fogo na mendiga Maria Rita Gomes, de 36 anos, que dormia numa cama improvisada de papelão. Com queimaduras, a mulher foi hospitalizada.

- O sofrimento que o massacre do índio pataxó trouxe a toda a consciência nacional tem uma contrapartida perigosíssima, que é o incentivo à prática de atos semelhantes por outras pessoas desprovidas de equilíbrio e bom senso - observou.

Apesar da possibilidade de incentivo à prática de crimes idênticos, Nabor Júnior não vê qualquer culpa da imprensa que noticia tais fatos. O senador acredita que a certeza da impunidade é uma das razões que levam jovens da elite do país a cometer atrocidades como a de Brasília e, agora, a de Rio Branco. Para reverter essa idéia, conforme o senador, os cidadãos têm de acreditar que a polícia será eficiente e a Justiça julgará com isenção e objetividade os delinquentes.

O assassinato do índio pataxó foi também abordado em plenário pela senadora Regina Assumpção. **Página 8**

Comissões discutem ataque a índios e previdência social

Os ex-ministros Jarbas Passarinho e Raphael de Almeida Magalhães participam hoje, a partir das 10h, de exposição na CCJ

Os ex-ministros da Previdência e Assistência Social Jarbas Passarinho e Raphael de Almeida Magalhães comparecem hoje, às 10h, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para participar de exposição sobre a proposta de emenda à Constituição que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição. O debate servirá para instruir o exame da proposta, que tem como relator o senador Beni Veras (PSDB-CE).

Já a Comissão de Assuntos Econômicos aprecia hoje, às 12h, o ofício do presidente do

Banco Central solicitando autorização para emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinadas à rolagem da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997.

Também hoje, às 17h, o senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) discute o caso Bamerindus na comissão mista destinada a examinar a MP do Proer.

A Comissão de Assuntos Sociais debate, às 17h, a violência sofrida pelos índios, como o as-



Beni Veras

sassinato do pataxó Galdino Jesus dos Santos e os massacres de ticunas e de ianomânis. Estarão presentes o presidente da Funai, Júlio Geiger, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, de-

putado Pedro Wilson, a subprocuradora da República Marcia Dometilla e o representante da Coordenação e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sebastião Machinery.

A CPI dos Precatórios ouve ex-diretores da Arjel. **Página 4**



ACM é condecorado pelo embaixador da Venezuela

O embaixador da Venezuela no Brasil, Alfredo Toro Hardy, entregou (foto) na tarde de ontem a faixa e a placa que são conferidas aos membros da Primeira Classe da Ordem de Francisco Miranda, com a qual o senador Antonio Carlos Magalhães foi agraciado, em reconhecimento aos serviços prestados em favor do bom relacionamen-

to entre os dois países.

A concessão da comenda ocorreu no ano passado, durante visita oficial do presidente da Venezuela, Rafael Caldera, ao Brasil. Na época, Antonio Carlos presidia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. A cerimônia foi realizada no gabinete da presidência do Senado.

NESTA EDIÇÃO

Venda da Vale gera polêmica em plenário

Página 5

Prossegue debate sobre reeleição

O plenário do Senado realiza hoje o terceiro dia de debate sobre a emenda da reeleição, que foi discutida ontem por Jefferson Peres e Eduardo Suplicy. A discussão prossegue até sexta-feira, ficando a matéria pronta para ser votada em primeiro turno. Mas se for apresentada emenda, ela retorna à CCJ. **Página 3**

Bezerra busca evitar abusos eleitorais

Projeto do senador combate a prática de detentores de cargos executivos que, sabedores de resultados contrários nas eleições, elevam as despesas para inviabilizar a próxima administração

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto que visa a tornar nulos os atos do presidente da República, governadores e prefeitos que no último ano de seus mandatos realizem, em percentual superior ao legal ou contratualmente preestabelecido, despesas com remuneração de servi-

dores e pagamento de empreiteiros.

Segundo o senador, é frequente que prefeitos e governadores, depois de resultado eleitoral desfavorável a seus candidatos, utilizem os últimos meses de seus mandatos para elevar despesas, com vistas a inviabilizar a futura administração. O



Carlos Bezerra

projeto tem o objetivo de corrigir essa distorção.

- Infelizmente, alguns de

nossos homens públicos eleitos para cargos executivos, aproveitando-se de brechas em nosso ordenamento jurídico, têm atentado contra os princípios constitucionais - garantiu Carlos Bezerra. O projeto propõe alteração a modificação do artigo 37 da Constituição.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 4/97"; "PDL nº 24/97", que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, nos dias 16 e 17.12.96; e "Projeto de Resolução nº 47/97", que autoriza o estado de Alagoas a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 10.12.96, junto à Caixa Econômica Federal.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Exposição dos ex-ministros da Previdência e Assistência Social Jarbas Passarinho e Raphael de Almeida Magalhães sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/96, que modifica o Sistema de Previdência Social, e estabelece normas de transição. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

12h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Ofício nº 29/97 (não terminativo)", do presidente do Banco Central do Brasil, solicitando autorização para a emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinadas à rolagem da dívida mobiliária vincível no 1º semestre de 97. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1507-18/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Pauta: Exposição do senador José Eduardo Andrade Vieira, sobre o caso Bamerindus. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o objetivo de discutir a violência sofrida pelos povos indígenas, como os massacres de 14 ticunas em 28.03.88, e de 19 ianomâmis em 02.93; e os assassinatos de Maçal Tupá-i, Raimundo Silvindo e do pataxó Galdino Jesus dos Santos.

Convidados: presidente da Funai, Júlio Geiger, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, deputado Pedro Wilson, da subprocuradora da República, Marcia Dornetilla; e do dirigente da Coordenação de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Capob, Sebastião Machinery. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento dos diretores da Arjel, Antônio da Cunha Villas Boas e Luiz Antônio Mora. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho
Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os

presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1463-12/97, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo dos beneficiários da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a seguridade social e institui contribuição para os servidores inativos da União. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - MP nº 1465-14/97, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1469-17/97, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - Lloydbrás. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1475-26/97, que altera as Leis nºs 8.019/90 e 8.212/91. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1478-23/97, que dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036/90, e 2º da Lei nº 8.884/94. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1477-35/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h30 - MP nº 1479-27/97, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1482-35/97, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - MP nº 1520-7/97, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406/88, e as Leis nºs 8.004/90, 8.100/90 e 8.692/93. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

18h30 - Lançamento do Livro das Respostas (face ao Livro de las Perguntas, de Pablo Neruda), do escritor Diógenes da Cunha Lima. Espaço Cultural da Biblioteca do Senado Federal Acadêmico Luiz Viana Filho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (30.04.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 4/97. Quinta-feira (1º.05.97) - Feriado: "Dia do Trabalho"

Sexta-feira (02.05.97)

9h - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 4/97.



Júlio Campos

Campos sugere atribuições para vice-presidente

O vice-presidente da República deverá atuar como conselheiro do presidente, nos assuntos referentes à administração pública federal e a projetos do governo, se aprovado projeto de lei complementar apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). O objetivo é permitir que o vice mantenha-se preparado e atualizado para o exercício da Presidência.

Pela proposição, o vice-presidente deverá manter o presidente informado dos assuntos relevantes de que tiver conhecimento; estar sempre atualizado e familiarizado com os negócios da Nação; assessorar o presidente no estudo e preparação da mensagem e plano de governo a serem encaminhados ao Congresso Nacional; e sugerir ao presidente a adoção de medidas que julgue indispensáveis à segurança do Estado.

Depois de acentuar que a finalidade principal da existência do cargo de vice-presidente da República é substituir o presidente, em caso de impedimento, ou suceder-lhe, no caso de vaga, Júlio Campos disse que daí resulta a relevância da identidade de que deve haver entre ambos, devendo, mesmo, "ser o vice-presidente visto como um continuador da política e diretrizes assumidas pelo presidente, jamais adotando com esse uma posição conflitante".

REELEIÇÃO

Jefferson: prefeitos e governadores devem se desincompatibilizar

Senador acha que presidente da República pode permanecer no cargo e se candidatar

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse ontem que o princípio da reeleição para os cargos executivos é democrático, mas deve observar certos cuidados. A seu ver, o presidente da República pode se candidatar à reeleição estando no exercício do cargo, mas a candidatura de governadores e prefeitos para um novo mandato precisa ser antecedida pela desincompatibilização, para que não venha a ocorrer "uma espécie de autoneomeação".

O senador teme que, sem essa providência, se restaure

"o sistema oligárquico de 1930", já que, segundo acredita, nos estados e municípios a imprensa é controlada pelo poder público e "há uso desbragado da máquina pública para fins eleitorais".

Por essa razão, Jefferson Peres não aceita o argumento de que a emenda constitucional não pode voltar para a Câmara e, por isso, não deverá ser modificada no Senado. "Mesmo que volte, há tempo suficiente para que a lei que permite a reeleição vigore a partir de outubro deste ano", afirmou.



Lauro Campos

Lauro critica o que chama de "fujimorização"

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse que a meta-síntese do governo, o continuísmo, mostra que "estamos diante de um processo de fujimorização da América Latina". E previu que "daqui a quatro, cinco anos, estaremos discutindo o terceiro mandato de Sua Majestade".

Lauro afirmou que a reeleição do presidente, governadores e prefeitos é "um fato inédito, jamais visto na história política do Brasil".

Lembrou o caso de Rodrigues Alves, que presidiu o país duas vezes, mas com um interregno de 15 anos entre o 1º e o 2º mandato. O caso de Getúlio Vargas, que se manteve 15 anos no poder, foi considerado um continuísmo, garantido "por manhas e artimanhas, talvez mais dignas do que as agora utilizadas".

DESEMPREGO

O senador Lauro Campos perguntou qual a taxa de desemprego que os brasileiros suportarão, ao lembrar que na Grande São Paulo o índice de desemprego oficial (excluído o mercado informal) já está em 15%. E ele próprio respondeu: "É uma incógnita. Nem nosso presidente-sociólogo sabe. Na Alemanha de 1935, o índice ficou em torno de 40% e acabou levando Hitler ao poder".

Após falar das crises do capitalismo, desde 1776, Lauro afirmou que neste momento há uma nova crise no modelo econômico que prevalece no mundo. Mas, para ele, a crise do capitalismo é uma ironia para o Brasil, por acontecer exatamente agora, quando o país conseguiu reduzir a inflação.

Suplicy recorre a Tocqueville em argumento contra a emenda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recorreu ontem a Alexis de Tocqueville, autor de *A Democracia na América*, para contestar a oportunidade de se admitir, no país, a reeleição para cargos do Executivo. Para Suplicy, Tocqueville entende que, ao se permitir a reeleição de um governante, é preciso levar-se em conta que "as negociações, assim como as leis, passam a ser para ele nada mais que combinações eleitorais".

No caso do Brasil, de acordo com o senador, até mesmo o painel eletrônico do Senado entrou em pane, devido ao interesse presidencial de não atrasar a tramitação de emenda constitucional numa sema-



Eduardo Suplicy

na de baixo quorum.

Conforme Suplicy, o presidente da República pretende que a emenda não sofra modificações, para, não retornando à Câmara, encerrar sua tramitação no final deste semestre.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) perguntou: "Qual a conexão entre o painel e o Planalto?".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, explicou que as presenças estão sendo anotadas pela Mesa e o resultado publicado no *Diário do Senado Federal*. Antonio Carlos determinou, contudo, que, "mesmo sem estar em condições de pleno uso, o painel seja ligado amanhã".

CPI DOS PRECATÓRIOS

Ex-diretores da Arjel vão prestar depoimentos hoje

Eles deverão explicar se de fato a corretora tinha um esquema montado com o Bradesco numa cadeia destinada a dar altos lucros

A CPI dos Precatórios toma hoje, em reunião convocada para as 17h, os depoimentos de Antonio da Cunha Villas Boas e Luiz Antonio Mora, ex-diretores da Arjel que não compareceram para depor na quinta-feira passada (dia 24). Na ocasião, o presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou que, se eles não comparecerem hoje, serão conduzidos sob coação.

Os dois diretores deverão explicar se de fato a Arjel, antiga

Suplicy aponta erros de revista em reportagem

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que matéria publicada desta semana pela revista *IstoÉ* sobre a CPI dos Precatórios contém "erros factuais". Segundo Suplicy, a reportagem sugere que ele teria mudado de atitude, na votação de autorização para emissão de precatórios para São Paulo, em 17 de novembro de 1992, por ter perdido, naquele ano, a eleição para a prefeitura.

- O dia 17 de novembro já era o segundo dia após o segundo turno e nessa data eu cheguei ao Senado. Só naquele instante tomei conhecimento do parecer do então senador Mário Covas, portanto tive pouco tempo para examiná-lo. De maneira alguma mudei de postura - afirmou.

De acordo com Suplicy, outro equívoco da revista se refere à emissão de títulos na gestão da prefeita Luiza Erundina. Ele informou que já se estava considerando a correção monetária das primeiras parcelas no pedido encaminhado ao Senado, conforme previsto na Constituição, ao contrário do publicado na reportagem.

Paper, tinha um esquema montado com o Bradesco para vender-lhe papéis emitidos numa cadeia destinada a dar altos lucros a intermediários

Dois outros ex-diretores da Arjel - Augusto César Falcão de Queiroz e José Roberto Barbosa Peçanha -, que depuseram na semana passada, admitiram que a Paper só comprava esses papéis porque tinha certeza de que os venderia para o Bradesco.

Mas Katsumi Kihara, diretor

do Departamento de Open do Bradesco, negou terminantemente que isso acontecesse.

Na tomada de depoimentos de hoje, Roberto Requião (PMDB-PR) terá em mãos o depoimento que Edson Ferreira (ex-operador de mesa da Paper) prestou à Polícia Federal, sustentando que realmente atuava como *broker* (corretor) dessa distribuidora para o Bradesco.

Antes dos depoimentos de Vilas Boas e Mora, a CPI fará uma reunião de trabalho.

Requião considera que banco está implicado

O relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou ontem ter indícios de que o Bradesco está implicado na cadeia montada para dar lucro a intermediários na compra e venda de títulos emitidos para pagamento de débitos judiciais. O senador referia-se a depoimento prestado sexta-feira (dia 25), ao delegado Paulo Lacerda, por Edson Ferreira, ex-operador do Bradesco e da Paper, empresa que passou a chamar-se Arjel e que está sob liquidação extrajudicial.

Conforme Requião, no depoimento, Edson Ferreira disse que a quase totalidade das operações realizadas como operador da mesa da Paper foram negociadas com o Bradesco, admitindo que funcionava como *broker* (corretor) dessa distribuidora junto ao men-

cionado banco, e que a palavra final no fechamento desses negócios era dada por Katsumi Kihara, diretor do Departamento de Open do Bradesco.

Em depoimento perante a CPI na quinta-feira passada (dia 24), Katsumi Kihara negou qualquer envolvimento com a Paper, sustentando que comprou papéis dessa distribuidora como comprava de qualquer outra, sem nenhuma operação combinada.

Para Roberto Requião, "no que concerne à CPI, o Bradesco está implicado por meio do Sr. Katsumi Kihara". Em sua opinião, um esquema semelhante a este funcionou com o Banco do Estado do Paraná (Banestado), no qual este era o comprador final numa cadeia em que atuava a corretora Boasafra, de Fausto Solano Pereira.



Romeu Tuma

Tuma cobra leis para coibir lavagem de dinheiro ilegal

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o Congresso deve responder imediatamente à expectativa do povo e criar legislação necessária ao combate à lavagem de dinheiro.

Ele manifestou preocupação com a carência de meios operacionais no Judiciário para coibir as "inúmeras possibilidades de se procrastinar processos judiciais".

Tuma denunciou a existência de operações mafiosas, de porte internacional, realizadas diariamente entre bancos e intermediários no Brasil, que manipulam quantias muito maiores que os números apurados pela CPI.

Amin repudia matéria sobre seu governo

O senador Esmeraldo Amin (PPB-SC) repeliu ontem reportagem da última edição da revista *IstoÉ* sobre o período em que foi governador de Santa Catarina. Ele esclareceu que não foi entrevistado pelo repórter da revista sobre esse assunto, mas sim sobre a CPI dos Precatórios.

- Vou responder essa questão civilizada e regularmente. Recorrerei, no que competir, à Justiça, pois é lá que se obtém o direito de resposta. A minha vida pública foi, e sempre será, um livro aberto. Se, eventualmente, o propósito da revista era me intimidar, o efeito será exatamente o contrário - concluiu.



Amin



Roberto Requião

VENDA DA VALE

Para Alves, trata-se do maior erro do século

"O mínimo que o governo poderia fazer seria remeter o assunto ao Congresso para que a matéria fosse debatida e, assim, dividir a imensa responsabilidade perante as gerações futuras"

Ademir denuncia convênio



Ademir

Convênio firmado entre o Ibama e a Vale do Rio Doce, de 1989, em que é transferida à estatal a gestão de três

unidades de conservação federais localizadas no Pará, foi renovado no último dia 10, em documento sem a assinatura do presidente do Ibama, Eduardo Souza Martins. A denúncia foi feita ontem por Ademir Andrade (PSB-PA).

Segundo o senador, o convênio original venceu em 29 de novembro de 1994 e, conforme os próprios termos da renovação, esta será publicada no *Diário Oficial* da União em 30 de abril, um dia após a data marcada para o leilão de privatização da Vale.

Os dois documentos foram enviados pelo BNDES a Ademir Andrade, em resposta a requerimento de informações encaminhado ao ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) considerou a denúncia grave e disse que ela justificaria uma medida cautelar judicial. Leomar Quintanilha (PPB-TO), por sua vez, declarou-se favorável à privatização da Vale e observou que, com a venda da empresa, a transferência de seu patrimônio imobiliário será feita pela União ao novo proprietário. "A parte não documentada continua sendo da União", reiterou, de modo que, por isso, a denúncia não seria relevante.

A venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sem o respaldo popular, poderá ser o maior erro do século para o país, afirmou ontem o senador José Alves (PFL-SE). A seu ver, o Brasil perde, com a privatização da empresa, uma extraordinária agência de desenvolvimento inter-regional, e a União uma parte significativa do controle da política mineral.

Para Alves, o fato de o governo prosseguir com a venda da CVRD, mantendo-se indiferente aos protestos e ações na



José Alves

Justiça, "sem ter convencido a sociedade de que esta é uma medida vantajosa para o país, é uma arbitrariedade inaceitável".

O mínimo que o governo poderia fazer para tranquilizar a Nação seria remeter o assunto ao Congresso para que a matéria fosse aqui debatida e, assim, dividir a imensa responsabilidade perante as gerações

futuras, um ônus que o governo quer assumir sozinho - acentuou.

Alves ressaltou que "é um desprezo e uma provocação à inteligência das pessoas" o argumento governamental, veiculado em campanha publicitária, de que os R\$ 3 bilhões que se pretende arrecadar vão reduzir a dívida pública.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao governo que, diante das medidas liminares e protestos da opinião pública, suspenda o leilão da Vale.

Municípios terão recursos da estatal, afirma Coutinho

Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem que os estados e municípios da área de atuação da Vale



Coutinho Jorge

poderão obter recursos da "reserva para o desenvolvimento das regiões sob influência da companhia". Compromisso nesse sentido, segundo o senador, foi assumido pelo governo federal no protocolo de intenções celebrado, na última quinta-feira (dia 24), entre o Ministério do Planeja-

mento, o BNDES, o Programa Comunidade Solidária e a Vale.

Coutinho acrescentou que o protocolo estabelece que, além dos R\$ 85 milhões previstos no edital de venda da estatal a serem repassados para o BNDES, este aloca recursos próprios, no montante de até R\$ 115 milhões, visando complementar as aplicações do fundo em projetos voltados às comunidades. Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) disse não entender o conformismo dos governistas diante de uma promessa que não será cumprida.

Suplicy propõe que FHC suspenda o leilão de hoje

"O melhor que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria fazer é suspender o leilão da Vale e apresentar um projeto de lei sobre o tema." A recomendação foi feita ontem, em plenário, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comentar as dezenas de ações judiciais contra o leilão da Cia. Vale do Rio Doce, a ser realizado hoje.

O governo tem gasto uma enorme quantidade de recursos

com a realização de uma campanha publicitária, cujo objetivo é convencer a sociedade brasileira sobre os benefícios da privatização da companhia. Apesar desses esforços, pesquisa realizada na cidade de São Paulo, pelo Instituto Datafolha, concluiu que 43% dos paulistanos são contra a privatização, 38% são favoráveis e 18% nunca ouviram falar da Vale - informou.

Mauro não aceita críticas ao Senado

Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que o presidente da República deve locali-



Mauro

zar claramente o alvo das suas insatisfações e agir para alcançar o que pretende, tal como fez para assegurar a emenda da reeleição para os cargos do Executivo e garantir a venda da Vale. "O governo, quando quer, faz", garantiu.

O senador referia-se às críticas feitas ao Legislativo pelo presidente da República, enquanto se encontrava no Canadá. Na opinião de Mauro, "as palavras do presidente são extremamente injustas em relação ao Senado", que, segundo o parlamentar, tem aprovado todas as propostas do Executivo. Ele disse não entender a razão de ter o presidente da República feito esse tipo de declaração "em palcos" fora do país.

Miranda cobra cumprimento de medidas para melhoria da Saúde

Para o senador, doenças ligadas à infra-estrutura sanitária já não deveriam preocupar o governo, pois poderiam estar erradicadas

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) cobrou o cumprimento das medidas anunciadas pelo governo federal para a melhoria das condições de saúde no país. Segundo ele, é preciso que as metas anunciadas para o período 97/98 nessa área sejam efetivamente cumpridas, para que o Brasil "se torne um país socialmente mais desenvolvido e justo".

Gilberto Miranda destacou a prevenção, com ênfase no atendimento básico, como meta prioritária que preveja não so-



Gilberto Miranda

mente a ampliação de programas já existentes, como o Programa de Saúde da Família, mas também a ampliação da gestão do atendimento básico aos 3.300 municípios mais carentes do país e a intensificação das ações de vacinação e

combate às endemias.

- Doenças como a malária, a dengue, a hepatite, a leptospirose, a febre amarela ou a cólera têm sua incidência influenciada pelas condições de infra-estrutura sanitária e apresentam números elevados de casos, surtos e até epidemias, nas regiões e nos estados mais pobres e desassistidos. E o pior é saber que muitas dessas doenças já poderiam ter sido controladas ou mesmo erradicadas, no Brasil - disse.

Quintanilha sugere unificar as ações da FNS

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apelou ontem para que o governo federal unifique as ações da Fundação Nacional de Saúde e da Secretaria de Saúde do Tocantins. Segundo ele, essa medida traria uma disponibilidade maior de recursos e um direcionamento mais harmonioso dos projetos desenvolvidos em benefício da saúde pública local.



Leomar Quintanilha

O senador explicou que o governo federal destina R\$ 58 milhões de reais para a fundação atender apenas 12 municípios do estado, enquanto a secretaria só dispõe

de R\$ 36 milhões para atender a 139 municípios.

Leomar Quintanilha registrou a visita do ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, ao Tocantins, ocasião em que, junto com o governador Siqueira Campos, assinou protocolo para a reorganização do Sistema Único de Saúde naquele estado e inaugurou uma unidade hospitalar no município de Paraíso do Tocantins.



Epitácio Cafeteira

Cafeteira pede uso do FGTS fora do SFH

Epitácio Cafeteira (PPB-MA) apresentou projeto que permite ao trabalhador utilizar os recursos acumulados do FGTS para liquidar ou amortizar saldo devedor de financiamento de imóvel adquirido em qualquer sistema habitacional, desde que o proprietário não tenha outro imóvel. Essa prática é restrita aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

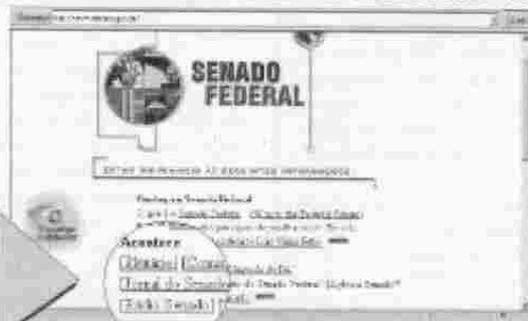
Cafeteira observa que os recursos do FGTS são de propriedade do trabalhador, "que freqüentemente se vê obrigado a restringir seu orçamento familiar para fazer face ao pagamento das prestações decorrentes da compra de moradia".

- Tome-se como exemplo o caso dos participantes de entidades fechadas de previdência privada, que podem, conforme a legislação, aplicar até 10% de seus recursos em financiamentos imobiliários a seus participantes - frisou Cafeteira, lembrando que isso não acontece em relação aos segurados do Fundo de Garantia.



O Informativo da RÁDIO SENADO

91,7 FM já está na INTERNET



www.senado.gov.br

José Ignácio quer proibir a clonagem de seres humanos

Projeto apresentado pelo senador pune com reclusão de 6 a 20 anos os responsáveis por esse tipo de experiência genética no país

José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto de lei que proíbe, em todo o território nacional, a experimentação no domínio da engenharia genética que vise à manipulação do genoma humano de células germinativas ou somáticas, no todo ou em parte, e tenha por finalidade a obtenção de clones de embriões ou seres humanos.

O projeto estabelece que os procedimentos destinados à produção de clones de animais deverão ser previamente sub-



José Ignácio

metidos à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, que observará sua pertinência ética e utilidade para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

A violação à lei, de acordo com a proposição, constitui crime, e a pena é de reclusão, de seis a 20 anos, para os patrocinadores, os financiadores, os técnicos, os cientistas e os responsáveis técnicos do estabelecimento onde se efetuem os procedimentos.

José Ignácio argumenta que,

com a recente divulgação de experimentos que resultaram na reprodução de um ser animal idêntico a um espécime adulto, a sociedade foi tomada pela perplexidade e o temor de que isso possa ocorrer com elementos da espécie humana.

O senador considera como principal motivação de sua proposta a necessidade de impedir "séria lesão à condição humana decorrente de um conjunto de conhecimentos científicos cuja utilização pode, atual e efetivamente, tornar em pesadelo a imagem de um mundo mais fraterno que o sonho da Ciência sempre houve por promessa".

Odacir apela a novo diretor da Ceplac por funcionários não-estáveis

Ao congratular o novo diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Hilton Kruschewsky Duarte, empossado no último dia 16 de abril, Odacir Soares (PFL-RO) apelou ao dirigente para que lute contra os "efeitos danosos" da aplicação da Medida Provisória 1.522, que estabelece a possibilidade de exoneração de servidores públicos não-estáveis.

Segundo Odacir, a Ceplac possui um quadro de 794 não-estáveis, do total de 3.414 funcionários, mas já apresenta déficit de servidores, fato que pode levar o órgão "a encontrar sérias dificuldades para dirigir e coordenar os trabalhos da diretoria em Brasília e nas superintendências regionais da Bahia, do Espírito Santo e do Pará".

O senador pediu também ao

diretor-geral recém-empossado que assegure à Ceplac a permanência da figura institucional de caráter nacional, "uma vez que há pressões de grupos radicais da Bahia para regionalizar o órgão somente à problemática baiana".

Na opinião de Odacir, isso seria um erro, uma vez que é na Estação de Recursos Genéticos da Ceplac, no Pará, que está disponível o germoplasma fundamental para a convivência com o mal maior da cacauicultura, que é a "vassoura-de-bruxa".

Outra postulação de Odacir é a de que Kruschewsky Duarte dê oportunidade a que o documento *Plano Diretor de Reordenamento e Reorientação Institucional da Ceplac - Price*, seja discutido "aberto e democraticamente".



Odacir Soares

Jonas defende a manutenção da Embrapa

Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu a necessidade de que governo federal e Congresso lutem pela manutenção da Embrapa e evitem que a instituição seja extinta por ocasião da reforma administrativa, a exemplo do que aconteceu com a Embrater.

Jonas Pinheiro afirmou que o órgão tem passado por grandes dificuldades financeiras, decorrentes principalmente de cortes no orçamento. Para o senador, a Embrapa é imprescindível para a agricultura brasileira, e "deve ser preservada e fortalecida". Ele disse que as pesquisas geradas pela instituição revertem em novas tecnologias para os agricultores brasileiros e que, graças ao seu trabalho, hoje o cerrado pode ser explorado economicamente, representando uma área de grande potencialidade agrícola.



Jonas

Globalização exige ajustes, defende Maldaner

Cabe ao Estado, segundo o senador, elaborar um cronograma de redução paulatina de alíquotas de importação, para que as empresas tenham tempo de conquistar competitividade

Jefferson Peres faz homenagem a Roberto Campos



O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) homenageou ontem o economista e deputado federal Roberto Campos

(PPB-RJ), pelos seus 80 anos de idade, afirmando que se trata de "uma das personalidades que mais influência exerceu em nosso país". Jefferson disse que, na juventude, foi opositor de Campos, mas "o tempo, no entanto, foi generosíssimo com ele, ao fazer sepultar o socialismo sob os escombros do Muro de Berlim e ao prolongar-lhe a vida o suficiente para saborear o triunfo de suas idéias liberais no Brasil e no mundo".

Em apertes, os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Mauro Miranda (PMDB-GO) se associaram às homenagens. Waldeck afirmou que "Roberto Campos foi o grande condutor das reformas que organizaram a economia na década de 60". E Mauro Miranda destacou que "o ex-senador é um dos homens mais brilhantes do país".

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o governo tem o dever de desenvolver uma política industrial que propicie condições mais favoráveis de integração do país ao mercado globalizado. A seu ver, cabe ao Estado brasileiro elaborar um cronograma de redução paulatina de alíquotas de importação, para que as empresas possam programar modificações que as levem a ser mais com-



Maldaner

petitivas.

Na opinião do senador, o Estado deve, ainda, providenciar para que as indústrias, em razão de sua importância tecnológica, sejam protegidas por meio de financiamento subsidiado ou benefícios tarifários. Essas medidas, conforme acredita, não são contrárias à abertura comercial, mas protegem os interesses do país.

- Política industrial não é vergonha para ninguém. An-

tes, é motivo de orgulho para nações que, a exemplo das tão elogiadas Coreia do Sul, Cingapura e Formosa, tomam seu destino nas próprias mãos e fazem o melhor - observou Casildo Maldaner para quem o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo "tem demonstrado compreensão a respeito do momento vivido pela indústria nacional" e lutado para que não se destrua "em quatro ou cinco anos o que se levou décadas para construir".

Marluce aponta riscos no abuso do trabalho infantil

A presidente da CPI sobre o trabalho de crianças e adolescentes no país, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), disse ontem que a exploração da pobreza, a deficiência da educação e as restrições impostas pela tradição são as principais causas dessa prática, considerada por ela "um ultraje e uma afronta à dignidade humana".

Para a senadora, o abuso do trabalho infantil pode não só provocar problemas físicos, como na coluna e no crescimento, e também emocionais, psicológicos e de auto-estima, como casos de trabalho quase escravo e exploração sexual.

Marluce afirmou que esse problema acontece no mundo

inteiro, independentemente da situação econômica dos países, e citou como exemplos da exploração de menores Japão, Portugal e Estados Unidos.

A senadora citou trabalhos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para identificar abusos e elaborar princípios que norteiem os países em relação ao trabalho infantil.

Marluce destacou a garantia, no Brasil, de direitos legais para crianças e adolescentes, na Constituição de 1988, mas salientou que, na prática, "muito mais ainda é necessário e urgente que se faça".

Regina pede desculpas pela "selvageria"

Indignada com o assassinato do índio pataxó Galdino, a senadora Regina Assumpção (PTB-MG) se solidarizou com a comunidade indígena brasileira e pediu desculpas "pela selvageria praticada, sem motivos, em inconsequência desumana".

Na opinião da senadora, esse crime deve servir para a sociedade questionar a herança moral que está transmitindo aos jovens.



Regina

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E VALMIR CAMPELO E PELA SENADORA MARLUCE PINTO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem da Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.